

**TORRE DE**  
**MONCORVO**  
assembleia municipal

## **ATA N.º 7**

**SESSÃO ORDINÁRIA**  
**29 DE SETEMBRO DE 2014**

APROVADA POR MAIORIA, COM 20 VOTOS A FAVOR E 3 ABSTENÇÕES.  
NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 22/06/2015.



**POR MOTIVOS DE ORDEM TÉCNICA NA GRAVAÇÃO DA SESSÃO ESTA ACTA CONTEM OMISSÕES PARCIAIS OU TOTAIS EM ALGUMAS INTERVENÇÕES QUE NÃO PODEM SER REPRODUZIDAS INTEGRALMENTE.-----**

-----Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano de dois mil e catorze, pelas 10h15m, no salão da Associação Cultural e Recreativa da freguesia de LOUSA, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**

- 1.1** Apreciação e votação da ata n.º 6/2014 referente à sessão ordinária realizada em 27 de junho de 2014; -----
- 1.2** Informação da Correspondência; -----
- 1.3** Assuntos de interesse relevante para o Município. -----

**2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

- PONTO 1 –** APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----
- PONTO 2 –** RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO; -----
- PONTO 3 –** FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA 2015; -----
- PONTO 4 –** LANÇAMENTO DE DERRAMA; -----
- PONTO 5 –** FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA 2015; -----
- PONTO 6 –** FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA 2015; -----
- PONTO 7 –** REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE TORRE DE MONCORVO; -----
- PONTO 8 –** REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS; -----
- PONTO 9 –** CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) PARA 2015; -----
- PONTO 10 –** CONCURSO PÚBLICO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, LAVAGEM, MANUTENÇÃO DE CONTENTORES E LIMPEZA URBANA, NO MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO; -----
- PONTO 11 –** ARRELVAMENTO SINTÉTICO DO CAMPO MUNICIPAL DR. CAMILO SOBRINHO, CONSTRUÇÃO DE BALNEÁRIOS E COBERTURA DA BANCADA; -----
- PONTO 12 –** MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO. -----

**3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

-----A sessão foi presidida pelo senhor **JOSÉ MÁRIO LEITE**, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada pelos deputados **CRISTINA ALEXANDRA PANTALEÃO TRINDADE**, primeira secretária e por **JOÃO AUGUSTO LEAL LEONARDO**, segundo secretário. -----

-----Feita a chamada, para além dos membros que compõem a Mesa, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

Força Política	Membros	
<b>Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP</b>	<b>ANTÓNIO JOSÉ FÉLIX SALGADO</b>	
	<b>MARIA CECÍLIA MAÇORANO SARAIVA PINTO</b>	
	<b>MANUEL CARLOS PRADO</b>	
	<b>LUÍS MIGUEL MENESES MACEDO</b>	
	<b>PEDRO MANUEL FERREIRA PEREIRA</b>	Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Boa
	<b>FRANCISCO ANTÓNIO ROQUE BRAZ</b>	Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais
	<b>MÁRIO DIOGO PINHEIRO MIRANDA</b>	Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilarça
	<b>ANTÓNIO MANUEL MARTINS</b>	Presidente da Junta de Freguesia de Lousa
	<b>ADRIANO LUÍS MENDES MARTINS</b>	Presidente da Junta da União de Freguesias de Felgueiras e Maçores
<b>Partido Socialista</b>	<b>ANTÓNIO ALVES SALEMA</b>	
	<b>ANTÓNIO MANUEL LOPES</b>	
	<b>LUÍS RICARDO REBOUTA MACEDO DA SILVA FERREIRA</b>	
	<b>ANTÓNIO JÚLIO ANDRADE</b>	
	<b>ADEMAR AUGUSTO RODRIGUES ALVES</b>	
	<b>JOSÉ CARLOS CORDEIRO</b>	Presidente da Junta de Freguesia de Açoreira
	<b>ANTÓNIO JÚLIO SÁ ANDRADE</b>	Presidente da Junta de Freguesia de Larinho
	<b>LUIZ MARCELINO LOPES</b>	Presidente da Junta de Freguesia de Mós
	<b>JOSÉ MANUEL MOREIRAS</b>	Presidente da Junta da União de Freguesias de Adeganha e Cardanha
	<b>ANTÓNIO MANUEL DE CASTRO GONÇALVES</b>	Presidente da Junta da União de Freguesias de Felgar e Souto da Velha
	<b>AFONSO HENRIQUE ALAGOA</b>	Presidente da Junta da União de Freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos

-----Seguidamente o Presidente da Mesa enunciou as substituições e faltas na presente sessão: -----

- A deputada Magali Isabel Sebastião Amador (PS) requereu justificação de falta e a sua substituição. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista, senhora Maria de Fátima Salvador Gonçalves, **que não compareceu**. -----
- O deputado Luís João Fernandes Dias (Coligação PSD/CDS) justificou a falta e foi substituído pela senhora **MARIA HELENA PEREIRA DE SOUSA BERNARDINO**. -----

- O Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, José Carlos de Sá Meneses (Coligação PSD/CDS), justificou a falta e foi substituído pela respetiva Secretária – **TÂNIA CRISTINA COSTA MOTA**. -----

-----Encontravam-se presentes **vinte e cinco** membros dos vinte e oito que compõem esta Assembleia Municipal, verificando-se a falta das seguintes deputadas: -----

- Presidente da Junta de Freguesia de Castedo, Luísa Maria Pinto Ferreira (PS), que justificou a falta dentro do prazo legal e não foi substituída; e -----
- Maria Vitória Andrade Lázaro (PS), que não foi substituída. -----

-----Por parte da **CÂMARA MUNICIPAL** estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, e a senhora Vereadora Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses. -----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, encontrava-se o Assistente Técnico Favorino José Bastos de Carvalho. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

#### ----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----Dando início à sessão o Presidente da Mesa referiu: “muito obrigado Srs. Deputados, hoje estamos aqui reunidos na freguesia da Lousa. Não me levem a mal por não seguir a ordem de trabalhos mas dou a palavra ao anfitrião Presidente da Junta, senhor António Manuel Martins, para nos fazer uma alocação de boas vindas. -----

-----**Sr. Deputado António Manuel Martins:** “Bom dia a todos Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados. É com grande honra e satisfação que o executivo da Junta de Freguesia de Lousa os recebe nesta Freguesia e também foi com enorme gosto e empenho que participou na organização da Assembleia Municipal que hoje se realiza. Não posso deixar de transmitir o sentimento de grande orgulho que todos os Lousenses sentem com a vossa primeira presença, na qualidade de deputados municipais. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, já tivemos a honra de os receber várias vezes na Freguesia e sabem que os Lousenses se sentem muito honrados com a vossa presença. Hoje queremos agradecer penhoradamente por estarem novamente aqui connosco, mas principalmente por terem concordado de forma resoluta e célere com a nossa proposta de realização desta Assembleia na Lousa e ainda pelo trabalho disponibilizado para a consecução da mesma. Temos a perfeita noção de que as condições que vos apresentamos não são as melhores, por isso apresento as minhas sinceras desculpas, mas o mais importante é que desta forma contribuímos para a descentralização da realização da Assembleia Municipal, e assim faremos

chegar às freguesias o que aqui se passa e também proporcionamos os seus habitantes e possibilidade de assistirem ao decorrer das mesmas. Ao público que aqui se encontra, e não está mais porque hoje é dia de vindimas, quero agradecer a vossa presença. Ao acompanharem o decorrer desta Assembleia estão a manifestar atenção e interesse pelo que se passa na freguesia e no concelho. Sem me querer alongar nem ser maçador, gostaria de vos apresentar uma pequena resenha do que é a freguesia da Lousa. Começo com um pouco da sua História, citando um ilustre cidadão desta Freguesia, padre Morgado: "Estamos longe de saber a data da fundação desta aldeia transmontana". De facto não se sabe ao certo a data do seu nascimento como povoado/povoação. Também existem dúvidas sobre se a sua implantação terá sido, desde o início, no local onde hoje se encontra, pois há alusões à sua localização junto ao rio Douro e também numa colina a meia encosta onde se situa a capela da Parada. Com 35 KM de área a freguesia situa-se a cerca de 800 metros de altitude. Lousa significa "lâmina" (pedra de xisto dividido), fazendo referência à natureza de grande parte do solo da sua área geográfica. Pertenceu ao extinto concelho de Vilarinho da Castanheira tendo passado definitivamente para o concelho de Torre de Moncorvo em 1853. Possui um microclima muito favorável para a produção agrícola diversa de que se destacam atualmente o vinho, o azeite, a amêndoa e a laranja como os principais produtos. A principal ocupação dos habitantes é a agricultura mas também na área da construção civil trabalham diariamente na freguesia entre 10 e 15 pessoas, principalmente na reconstrução de habitações, embora muitos deles sejam forasteiros. Nesta matéria, há que referir a importância que o Lar de Idosos tem para a freguesia pois trabalham ali 13 pessoas das quais mais de metade vive na Lousa. Os habitantes da freguesia têm vindo a diminuir, facto que nos preocupa e essa diminuição não tem sido maior fruto principalmente de regresso de emigrantes, embora muitos a título temporário/meio tempo, mas o grande problema que enfrentamos em termos demográficos tem a ver com a falta de nascimentos, consequência da não fixação na freguesia dos poucos jovens que chegam à idade de trabalho. Penso que esta situação é transversal às diferentes freguesias do concelho e seria tema que daria para um debate alargado, mas que não está previsto para esta Assembleia. De todo o modo, temos a consciência de que a câmara lhe tem dado grande atenção, nomeadamente através do apoio à natalidade. O que é certo é que, dada a idade dos residentes, a população continua a ter grande tendência para diminuir e consequentemente o fator produtivo também decresce. Decorre ainda deste fenómeno o aumento das habitações devolutas que sem qualquer tipo de manutenção se degradam ao ponto de atualmente estarem a surgir questões de segurança relacionadas e muitas vezes de difícil resolução. **Passarei a apresentar o Património Arquitetónico existente: A Igreja Matriz** cujo padroeiro é o São Lourenço. Foi reconstruída na década de 60 do século passado, no local onde existia a antiga, de estilo romântico e que data do século XII ou mesmo anterior. Situa-se no centro da freguesia. **O Convento da Ordem da Irmandade da Santíssima Trindade** foi fundado por St.º Antão. Serviu de Escola, de Universidade, de Serviço Social e Religioso. Manteve-se até 1834, altura em que os frades trinitários são expulsos. A partir daí, passa para as mãos particulares. Em 1894/95 terá deflagrado ali um incêndio que o terá levado à total degradação. Hoje restam apenas ruínas. **As Capelas**, na freguesia existem as capelas

de Santo António, de São Sebastião, do Divino Espírito Santo, de Nossa Senhora da Consolação, de Nossa Senhora do Amparo ou da Parada e de Santa Bárbara. **As Fontes** existem cerca de 15 de que se destacam a do Vale Jandeiro e do Corisco por possuírem água própria para consumo. Os Moinhos de vento existem dois moinhos de vento inoperacionais, na parte mais elevada da freguesia, pertencentes a privados. **Também temos Património Arqueológico:** A poente da aldeia existem duas grutas da pré-história, uma situada no Poio e outro na Carrasqueira. A Fraga do Apoio é uma enorme gruta com uma dimensão capaz de albergar duzentas cabeças de gado. Uma das nossas grandes referências é o Miradouro da freguesia/concelho. Como atrás foi dito, os cerca de 800 metros de altitude proporcionam-nos belas vistas, com paisagens deslumbrantes principalmente a partir do miradouro da capela de Santa Bárbara. Daqui podemos observar praticamente todo o concelho de Torre de Moncorvo e ainda grande parte dos concelhos circundantes. **Património Cultural: Grupo de Bombos e Grupo de Instrumentos de Corda** que é constituído por membros já com idade avançada, mas ainda efetuam bastantes atuações, principalmente no Verão. Sr. Presidente da Câmara, durante o seu mandato tem acompanhado de perto os principais problemas da freguesia, pelo que aquilo que vou referir já lhe é familiar. Contudo, na presença desta Assembleia, dir-lhe-ei que as principais lacunas prendem-se com infraestruturas existentes e outras necessárias. Das primeiras refiro-lhe as fossas de resíduos sólidos, com problemas principalmente a jusante das mesmas. Das não existentes falo-lhe da variante do cemitério às Leiras, para a qual sabemos estar muito sensibilizado e empenhado na sua construção e posso garantir-lhe que o sentimento dos Lousenses é de alguma ansiedade mas também de grande confiança e esperança em que esta via estruturante para a freguesia seja executada. Quero ainda referir que ao nível de transportes podemos dizer que estamos bem servidos, já no que ao serviço de saúde diz respeito não diremos o mesmo pois apenas vem aqui o médico e enfermeiro 2 vezes por mês mas sempre com atendimento limitado. Para terminar refiro que na freguesia existem a Associação Cultural e Recreativa, cujas instalações nos foram cedidas pela sua direção para a realização desta Assembleia e a quem envio o nosso maior agradecimento por tal, a Associação de Caçadores, com sede numa das salas da Escola Primária, o Grupo Desportivo Lousense e ainda o Lar de Idosos de que atrás falei. Tenho dito".-----

-----Passou-se de imediato à discussão e votação dos assuntos da ordem de trabalhos. -----

#### **1.1 Ata n.º 6/2014 da Sessão Ordinária de 27 de Junho de 2014.** -----

-----**Sr. Presidente da Mesa:** Os Srs. Deputados com certeza leram a ata da última reunião e eu pergunto se há inscrições para intervir. Não havendo inscrições vou pô-la à votação.

-----**DELIBERAÇÃO:** **Aprovada, por maioria,** com vinte e três votos a favor e duas abstenções dos deputados João Augusto Leal Leonardo (Coligação PSD/CDS) e Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS), por não terem estado presentes na referida sessão. ----

#### **1.2 Informação da Correspondência.** -----

-----O Presidente da Mesa deu a conhecer a correspondência recebida entre a última sessão da Assembleia Municipal e a presente, registada sob os números 50 a 61, inclusive, da qual se elaborou um resumo da mesma distribuído antecipadamente a todos os deputados, informando que a mesma ficaria à disposição de quem pretendesse consultá-la, da qual constavam: -----

- ✓ Presidente da Junta de Freguesia de Castedo, Luísa Maria Pinto Ferreira – Justificação de falta à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 27 de Junho de 2014, por motivos profissionais; -----
- ✓ CIMDOURO – Envia o ofício n.º 83 da Assembleia Municipal de Bragança, a remeter a “Moção contra a introdução de portagens na A4”; -----
- ✓ A prestar apoi Assembleia Municipal de Vila Flor – Envia a deliberação aprovada pela Assembleia Municipal e Executivo Municipal sobre o falecimento do Eng.º Aires Ferreira; -----
- ✓ Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros – Envia a moção aprovada por unanimidade na reunião realizada no dia 14 de Julho de 2014, “Pela defesa da Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros”; --
- ✓ Grupo Parlamentar “Os Verdes” – Envia a resposta do Ministério das Finanças às perguntas que lhe foram dirigidas sobre o “encerramento de Repartições de Finanças no distrito de Bragança”; -----
- ✓ Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo – Envia para conhecimento e divulgação junto da Assembleia Municipal, o ofício n.º 459/DAFP, de 21/07/2014, do Município de Sabrosa, a remeter a “moção contra a extinção da Casa do Douro”; -----
- ✓ Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela – Envia um exemplar do livro editado pela própria Assembleia Municipal de Mirandela, “O Poder Local”; -----
- ✓ Magali Isabel Sebastião Amador – Comunica que, por motivos profissionais, não pode estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 29 de Setembro de 2014, solicitando a sua substituição; -----
- ✓ Convite da Associação Nacional de Municípios Portugueses, dirigido ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, para participar na primeira conferência “A Organização Territorial do Estado na Democracia de Proximidade”, a realizar no auditório da Fundação Bissaya Barreto, em Coimbra, no dia 15 de Outubro de 2014;
- ✓ Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, José Carlos de Sá Meneses – Comunica que na sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 29 de Setembro de 2014, far-se-á substituir pela Secretária da mesma Junta, Tânia Cristina Costa Mota; -----
- ✓ Luís João Fernandes Dias – Comunica que, por motivos profissionais, não pode comparecer à sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 29 de Setembro de 2014; -----
- ✓ Maria de Fátima Salvador Gonçalves – Informa que não vai estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 29 de Setembro de 2014; -----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.** -----

### **1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município.** -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António José Salgado** (Coligação PSD/CDS); **António Lopes** (PS); **José Manuel Moreiras** (PS), Presidente da Junta da União de Freguesias de Adeganha e Cardanha; e **Francisco Bráz** (Coligação PSD/CDS), Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais. -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado António José Salgado.-----



-----**Sr. Deputado António José Salgado:** Bom dia a todos. Venho congratular-me com a realização desta Assembleia fora da sede do concelho.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Lopes.-----

-----**Sr. Deputado António Lopes:** Bom dia Srs. Deputados, Sr. Presidente. Aquilo que eu queria referir aqui neste período é o seguinte: Por um lado quero saudar a iniciativa de descentralização da Assembleia Municipal, por outro, porque estamos numa freguesia rural queria abordar a necessidade de reparação dos caminhos públicos. Soube que na minha freguesia se iniciaram a reparação dos caminhos e queria, de alguma forma, relevar esse facto que considero que estavam atrasadas. Antigamente as pessoas deslocavam-se por caminhos de cabras, hoje deslocam-se de tratores e isso é muito importante para a vida das populações, para aceder aos seus prédios na apanha da amêndoa, da azeitona, e penso que a Câmara Municipal deve ter isso em conta todos os anos, e repará-los depois das chuvas de inverno. ----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Moreiras.-----

-----**Sr. Deputado José Manuel Moreiras:** É assim Sr. Presidente, eu gostaria de saber se já sabe alguma coisa em relação ao transporte das crianças. Temos crianças de 6 anos a fazer esse trajeto. Ao fim da tarde, terminam às 17h30 e o autocarro só sai às 18h e elas ficam ali sozinhas.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Braz.-----

-----**Sr. Deputado Francisco Braz:** Agradeço desde já a intervenção do Deputado Conterrâneo, e aproveito para completar, que sendo a parte agrícola uma das principais áreas de atuação da Junta de Carviçais, tem-se efetuado a reparação e limpeza de caminhos já desde o início do ano e não só de agora.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Não havendo mais inscrições, passamos para o Período da Ordem do Dia com apreciação da atividade municipal.-----

## ----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

### **PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----**

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Tem a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----**O Sr. Presidente da Câmara:** Bom dia a todos, início por cumprimentar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Lousa cumprimentar também todos os Lousenses que estão aqui presentes, o que desde logo evidencia o bom desta rotatividade pois nos Paços do Concelho não vão assistir à Assembleia Municipal. Faz exatamente hoje 1 ano que fomos eleitos para os



órgãos autárquicos, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, quer nas Juntas de Freguesia e por isso também não deixa de ser um facto histórico que após um ano em que o executivo está em funções e esta assembleia municipal se encontra também em funções tivemos a coragem que durante 40 anos o poder autárquico não teve, que foi como já aqui foi dito, descentralizarmos o poder e descentralizar vindo para as freguesias e começamos logo pela freguesia da Lousa. Também quero dizer que, o que hoje estamos a fazer já teve anteriormente uma proposta que levou à alteração do regulamento para que as assembleias municipais se realizassem nas freguesias, infelizmente só agora foi possível concretizar. Posto isto, responder antes de mais às questões colocadas pelos intervenientes no “período antes da ordem do dia” dirijo-me ao Sr. Presidente da junta de freguesia da Lousa para lhe dizer que a Câmara Municipal irá já em sede de orçamento, orçamentar tudo o que tem a ver com as fossas. Vamos fazer uma avaliação a todas as fossas municipais. Fizemos agora, terminámos há 2 semanas o levantamento dos terrenos onde estão instaladas. Estamos a proceder agora ao registo desses próprios terrenos que não estavam registados. Está o Gabinete de Engenharia do Ambiente a determinar aquilo que vamos aplicar nas novas fossas, para que sejam mais limpas e esperamos que no decorrer deste ano estejam prontas. É desejo deste executivo que se concretize essa obra. Quanto à estrada do cemitério penso que já sabem que o próprio empreiteiro já veio ver essa obra, ou melhor, o local onde se iniciará a obra e estamos em crer que se não começar ainda este ano, no próximo ano iniciam-se as obras. Volto a recordar que esta foi a única obra prevista em orçamento para o ano de 2014. Quanto às placas, Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Cardanha, nós próprios falamos com as EP (Estradas de Portugal) já fizemos uma série de iniciativas junto das Estradas de Portugal e até agora ainda não obtivemos resposta. Agora é assim Sr. Presidente da Junta, eu acho que a melhor solução seria nós próprios colocarmos a placa a dizer “Cardanha”. Esta é a única hipótese de solução. Não é só na Cardanha que temos esse problema, também temos esse problema aqui na freguesia da Lousa. Já chegamos a entendimento com todos os Presidente de Câmara aqui à nossa volta, nomeadamente o Presidente da Câmara de Carrazeda de Anciães, nas estradas fossem municipais, já fosse dada a autorização para colocar as placas. E andamos nisto acerca de meio ano. Quanto às primeiras placas Dr. Salgado, lembrar que em Moncorvo foi já o próprio Município, a colocar a outra placa. Portanto, fomos nós, a própria câmara que já colocamos e é o que vamos fazer na outra parte. Quanto à componente transporte escolar, eu juntamente com o Sr. Vice-Presidente que é o responsável pelo pelouro, tivemos uma reunião com a empresa Santos, com o proprietário, em que fiz e sempre disse, até de forma contendente, que a carreira tem 2 condições. Foi-nos garantido que isso iria suceder; que o autocarro saía 1 hora mais tarde da freguesia da Cardanha e saía também à mesma hora dos destinos. Nós agradecemos que nos tenha dado o ponto desta situação. Na componente das crianças estamos à espera de trabalhadores para esse campo. Dei-lhes uma semana e será resolvida essa situação. Sr. Deputado António Manuel Lopes, muito obrigado pelo que nos disse aqui nesta assembleia. Esclarecer só que essa é uma preocupação da Câmara Municipal e das Juntas de freguesia. Há um plano, e você sabe, com as juntas. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de cá, Cardanha e de Carviçais. Está um plano anual

definido para a Lousa. Está feito esse plano, a câmara municipal disponibiliza um funcionário e a própria máquina mas depois cabe aos presidentes de junta e à comissão eleita para juntamente com a câmara vermos os cumprimentos anualmente e não em maio. Estamos aqui com as cartas do Bairro St.º Cristo e infelizmente a senhora que pôs o comentário no Facebook e que dizia que a Câmara de Moncorvo iria denunciar os contratos de arrendamento do St.º Cristo, iria despejar as pessoas, as pessoas iam ficar sem casa, Torre de Moncorvo estava mais triste, é a mesma pessoa que num dia diz quer já não vem a Torre de Moncorvo e recusa-se a ser de Torre de Moncorvo. Eu tenho pena é que essa senhora não traga esses assuntos à Assembleia Municipal mas pelo contrário, diz asneiras para trás e para a frente no Facebook e pede para ser desmentida se o assunto for mentira. Infelizmente essa Sra. não está aqui presente mas eu chamo-lhe mentirosa, porque é mentira o que colocou no Facebook, e eu fiz-me acompanhar das cartas que o município enviou para o Bairro St.º Cristo e tenho a dizer aqui uma coisa, aqui e agora perante todos, o que este executivo fez, era aquilo que já deveria ter sido feito há muito tempo. A carta diz: **“Proposta de Venda de Habitação”**. Existem 3 modelos um para o T2, T3 e outro para o T4, e diz assim:-----

**Assunto: “Proposta de venda de habitação”**.-----

- 1 - É desejo do Município facilitar o acesso dos cidadãos à propriedade da sua habitação, no melhor espírito ao direito à habitação constitucionalmente consagrado.  
Neste sentido, vem o Município propor a compra da habitação ....., pelo preço de ....., calculado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 172/90, de 30 de Maio, em conformidade com a Portaria n.º 200/92, de 18 de Março.-----
- 2 - De acordo com a tabela I anexa à Portaria n.º 1063/90, de 19 de Outubro, poderá beneficiar de um desconto em função do pronto pagamento integral no ato da assinatura do contrato-promessa de compra e venda, de acordo com a tabela seguinte e desde que o pagamento tenha lugar no prazo referido no n.º 7 do presente ofício.-----
- 3 - A compra poderá ser efetuada por V. Ex.ª ou pelo seu cônjuge ou a requerimento de ambos, pelos seus descendentes ou afins na linha reta que consigo coabitem há mais de um ano.-----
- 4 - No caso de o rendimento do agregado familiar o permitir poderá recorrer, nos termos da legislação em vigor, a financiamento bancário.-----
- 5 - Havendo rendas em dívida deverão as mesmas ser pagas com o acréscimo legal até à data da assinatura da escritura pública de compra e venda.-----
- 6 - Esteja ou não interessado na compra da sua habitação para si ou para os seus familiares, solicita-se o preenchimento do questionário anexo e a sua devolução a este Município no

Handwritten signature and initials.

prazo máximo de 20 dias a contar da data de receção desta proposta, sob pena da mesma ficar sem efeito.-----

Porém, caso V. Ex.<sup>a</sup> ou o seu cônjuge não manifestem interesse na compra, mas requeiram a compra pelos seus descendentes ou afins, nos termos referidos no n.º 3 supra, deverá preencher o n.º 2 do questionário anexo, devendo o substituto na compra preencher a declaração que se encontra no verso do mesmo.-----

7 - Para o efeito de V. Ex.<sup>a</sup> declarar o seu interesse na compra dentro do prazo referido no número anterior, somos a informar:-----

a) Optando pelo pronto pagamento integral, beneficiará do desconto máximo de 20%, mas a escritura pública da compra e venda e/ ou o contrato-promessa deverão ser assinados no prazo máximo de 30 dias após a data da receção pelo Município do questionário anexo;-----

b) No caso de optar por uma entrada inicial, qualquer que seja o seu valor, o contrato-promessa de compra e venda deve ser assinado no prazo máximo de 30 dias após a data da receção pelo Município;-----

c) A assinatura do contrato-promessa e/ ou da escritura pública da compra e venda, referidos nas alíneas anteriores, terão lugar em dia e hora a fixar pelo Município.-----

8 - Por outro lado, caso não se encontre interessado na compra, manter-se-á o contrato de arrendamento da sua habitação, para o qual, cumpre ainda informar que é intenção deste Município proceder à atualização das respetivas rendas, de acordo com os rendimentos do agregado familiar.-----

Mais cumpre informar que o regime de venda dos fogos se encontra definido no citado Decreto-Lei n.º 141/88, de 22 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 172/90, de 30 de Maio.-----

Com os melhores cumprimentos.-----

A carta de que tanto se fala no Facebook é esta. E porque é que o município decidiu fazer isto? Por uma razão muito simples, decidimos fazer um levantamento exaustivo do que era a habitação social em Torre de Moncorvo e quem estava na habitação social. Porque a verdade é que temos pessoas com necessidades de habitação e que não podem aceder a essas habitações sociais, porque muitas vezes estão ocupadas por um contrato de arrendamento. Mas a verdade, quando passamos pelos blocos temos cerca de 20 casas devolutas e outras tantas arrendadas ou subarrendadas. O caso mais degradante é o de um T3 que tem cerca de 20 pessoas de nacionalidades diversas. Mas há mais, há pessoas que pagam 3,75€ e têm rendimentos acima da média. Há uns que estacionam à porta carros de alta gama para estarem no mês de agosto em Torre de Moncorvo com um apartamento de férias destinado à habitação social. Isto não é estarmos a proteger os mais carenciados, isto é estarmos a proteger quem de uma forma ilegal e de má-fé utilizou casas que deveriam ser para apoio

social. Isto já deveria ter sido feito. É a Câmara que tem de ir lá fazer as obras necessárias junto do condomínio e nos apartamentos que são da Câmara. Isto é um abuso e nós não vamos compactuar. Podem escrever no Facebook, podem dizer o que quiserem sobre nós. O que eu lamento, e sei que o grupo parlamentar do PS também apoiará esta situação, o que eu lamento é que seja uma Sra. com assento na assembleia municipal e no Grupo Parlamentar do PS a colocar estas situações. E mais, de má-fé, de forma mentirosa usa o Facebook para criar situações de conflito, dizendo que a Câmara escreveu uma carta para colocar as pessoas na rua. Outra situação é que todos aqueles que receberam a carta são os primitivos arrendatários, ou seja, aqueles que quando lhe foram entregues, tinham condições para usufruir da renda com apoio social; 70% daqueles que receberam a carta já não são os primitivos arrendatários e cerca de 3% não conhecem o primitivo arrendatário, falam é com a pessoa que está ao lado, ou seja, a câmara municipal, para além de ter os encargos inerentes às próprias casas, tem um problema muito grave que é não conseguir saber neste momento, a quem estão efetivamente entregues as habitações. Ou melhor, não sabia até há duas semanas atrás, quando fez este estudo. E devo dizer-vos que isto não foi feito agora. Foi feito com um psicólogo, um sociólogo e uma assistente social. Agora, muitas delas vieram falar comigo e dizer: então vamos comprar. Sim senhora. Mas eu não quero comprar. Se não quer comprar mantem-se o contrato de arrendamento. Agora, o que eu vos pergunto é, vamos manter esta situação? Temos outra situação sobre um filho que veio ter comigo e que queria adquirir a habitação. E a mãe dele veio ter comigo depois para adquirir a habitação também. Ele queria adquirir a habitação da avó e a mãe disse então para o filho adquirir. O filho veio falar outra vez comigo e disse: "mas é que ouvi dizer é que queremos fazer uma associação de condóminos e não conseguimos porque as pessoas que estão nos apartamentos não são os arrendatários. Eu disse que ia tratar disso. Após ter saído no Facebook, vem dizer a mesma coisa, querem despejar as pessoas. Obviamente nós não vamos responder pelo Facebook, devia ser aqui, ela devia estar aqui. Agora, penso que, o Grupo Parlamentar do PS é sensível a esta situação. Não pode manter-se como está, não pode. A Câmara tem uma rubrica concreta para apoio social.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Obrigado Sr. Presidente da Câmara. Peço-lhe que faça chegar aos membros da Assembleia Municipal cópia dos documentos referidos. Estão abertas as inscrições.-----

-----Inscreveram-se no primeiro período os deputados **António Alves Salema** (PS); **Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira** (PS); e **António José Félix Salgado** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Sr. Deputado António Alves Salema:** Bom dia a todos. É com muito prazer que estou aqui na Lousa, nesta sessão de Assembleia Municipal onde se irão debater por certo assuntos

de interesse sobre o concelho. Começo por responder ao Senhor Presidente da Câmara que o assunto colocado no Facebook nada tem a ver com o Partido Socialista, pois a tomada de posição da D.<sup>a</sup> Fátima Gonçalves é de inteira responsabilidade dela, uma vez que é livre de apresentar por essa via as suas posições, ideias sobre assuntos da vida autárquica. Quero lembrar também que a pessoa em causa faz parte das listas autárquicas para a Assembleia Municipal pelo Partido Socialista. Em minha opinião as posições e ideias de cada um são válidas quando se aproximam da verdade e só elas é que são responsáveis pelas suas afirmações.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Ricardo Ferreira.-----

-----**O Sr. Deputado Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira:** Bom dia gostava de cumprimentar o Presidente da Junta da Freguesia da Lousa e agradecer a sua disponibilidade para a Assembleia ser aqui acho que é um dos processos que pode levar a uma qualidade de democracia, é um gesto muito importante. Gostava de realçar o que o Sr. Presidente disse e muito bem, que um deputado municipal que apresenta sem conhecimento de causa a sua opinião tem reflexo na comunidade. A verdade é uma, é que todo o deputado parlamentar do PS estava num desconhecimento total do que se passava e isso não contribui para a qualidade da democracia, quanto a isso não tenho mais nada a dizer. Também gostava de saber o que aconteceu nos concursos, e o que se passou para haver nesses concursos classificações finais que foram aprovadas o ano passado e agora não. Gostava de saber o que mudou.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António José Salgado.-----

-----**Sr. Deputado António José Félix Salgado:** Sugiro que seja tornada pública essa carta e seja enviada a essa senhora par com seriedade que se retrate no Facebook e peça desculpa das insinuações falsas que fez.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais inscrições, tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Obrigado senhor Presidente e senhores Deputados. Começando pela questão do deputado Salema nós fizemos uma experiência em que foi para em termos técnicos ver como é que seria e iniciamos isso no Bairro St.º Cristo e com o Bairro São Paulo no qual nós temos um grande problema de eficiência energética e portanto seria por aí que íamos iniciar. Está concluído e é para se fazer. (...) Estamos a ver se existem mais empresas para criarmos também o espírito de concorrência para não nos sujeitarmos apenas a uma, o princípio é conseguirmos diminuir drasticamente as faturas. Penso que conseguiremos mais e também é nossa intenção fazermos pelo menos já a ligação do Bairro à Praça da

Republica, até à Corredoura. Como o Presidente da Junta de Freguesia sabe, nós estamos a fazer dentro dos nossos limites e dentro das possibilidades que temos, as obras que consideramos necessárias, a limpeza dos caminhos/ obras que são prioritárias e também fazer aquilo que ainda nos falta. Não podemos dizer que temos 79% das fossas no Orçamento. (...) É a forma como temos para o fazer. Se virem e analisarem o mapa que está aqui anexo à situação financeira, vejo que no ano de 2013, tínhamos de Janeiro a Dezembro 4 anos de trabalho. Isto está ultrapassado, hoje pagamos faturas de 2004, 2006, 2007 e 2009. \_\_\_ e nós tentamos conciliar, porque os empreiteiros o que faziam? Numa proposta para obra já estavam a contar com os anos que aqui estariam a receber, mais juros de mora, mais os preços de amortização de mercado. Isso fazia com que as nossas obras fossem muito mais caras em comparação com outras. Quando iniciamos, o executivo estávamos a pagar o ano de 2011, 2012 e 2013. Neste momento, iniciamos este ano letivo com a dívida a zero. Pagamos tudo o que estava para trás. Não interessa os preços, ao contrário de outros municípios à nossa volta que viram os preços aumentar. Um bom pagador tem sempre a possibilidade de negociar. (...). Esta comparação é feita com Dezembro de 2013 e Setembro de 2014. De 19 de Outubro até 31 de Dezembro, pagaram-se dívidas de 4 milhões e 100 mil €. Portanto, se fizéssemos comparação com o que foi há 1 ano atrás e com o passivo que apresentamos a esta assembleia municipal, era 23 milhões e 85 mil. Este era o passivo com que nós nos deparamos. (...) Os pagamentos dos salários são a 19 de cada mês. A DGAL, entidade que supervisiona estes pagamentos prevê que o município neste momento estamos com Junho, Julho e Agosto e a partir de Outubro estaremos só com Julho, Agosto e Setembro. O nosso prazo diminuiu em 200 dias dos 258 previstos para 92. É assim que conseguimos. Pagar num ano cerca de 9 milhões de euros e dirimir 200 dias, é algo que nos contenta. **Relativamente às cartas**, estas foram aprovadas em reunião de câmara. Após chegar o estudo da DASE, foram aprovadas em reunião de Câmara por unanimidade, o que quer dizer, nós não fizemos o que antes se fazia. (...). Eu sei, nós sabemos todos, seja oposição ou câmara, e estas cartas estão e sempre estiveram na posse dos Vereadores do PS. Tivemos que fazer uma alteração orçamental por causa dos concursos, tivemos de levar a reunião de câmara estes concursos e o próprio governo veio dizer que estes concursos não são admissíveis. Há última da hora teve de se proceder como se fazia nos outros anos e foi isso que aconteceu, temos esta justificação. E mais somos notificados a dizer que: " a forma como vocês aplicaram já não é a que vai ser aplicada agora e temos de ver quem são os professores que são colocados. Porque é que os resultados são uns e outros. Eu podia dizer assim: neste momento foram avaliados em termos técnicos por técnicos, antigamente era por termos políticos, tão simplesmente isso. Porque há situações que são discutidas em reunião de câmara perante o executivo e que depois vêm a assembleia municipal, porque a assembleia municipal consegue atingir um maior número de pessoas. (...).-----

-----Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados **António Lopes (PS)**; **António Júlio Andrade (PS)**; e **Luís Ricardo Ferreira (PS)**. -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Lopes.-----

-----**Sr. Deputado António Lopes:** O Sr. Presidente pode dizer-nos quais foram os critérios que estiveram na base do concurso para selecionar os candidatos ao concurso dos auxiliares de educação?-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Júlio Andrade.-----

-----**Sr. Deputado António Júlio Andrade:** Senhor Presidente vai desculpar-me mas eu tenho de fazer uma crítica. Em junho passado o Lar do Larinho pediu à Câmara Municipal a colocação de um contentor para deitar o lixo, pois os vizinhos queixavam-se. O pedido foi logo satisfeito. Porém, dias depois, o contentor foi retirado. Escreveu-se à Câmara a perguntar porque retiraram e a resposta foi a seguinte: o pedido deveria ser feito através da Junta de Freguesia. Encaminhou-se o pedido para a Junta de Freguesia que no dia 26 de agosto o enviou à Câmara. Infelizmente até hoje o contentor não foi lá colocado. Será que a Câmara já não manda na porcaria de um contentor do lixo? Entretanto foram colocados outros contentores na mesma freguesia, casualmente pedidos por um particular no mesmo dia...-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Ricardo Ferreira.-----

-----**Sr. Deputado Luís Ricardo Ferreira:** (...)-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Muito obrigado senhor Deputado. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Sr. Deputado (...) um do Ministério da Educação, outro à Associação de Municípios do Baixo Sabor, e outro ao Fundo Baixo Sabor. Eu sei que V. Ex.<sup>a</sup> queria que fosse Baixo Sabor. (...). Quanto ao transporte escolar, o transporte escolar também tem sido interessante, e nós como estamos com excesso de 1 milhão e meio, não devemos ter determinadas dívidas, mas vamos conseguir, vamos conseguir. Agora, temos de ultrapassar. Conheço vários casos. Vamos substituí-lo agora. Se não responderem afirmativamente ao pormenor questionado, pode ser que ai seja \_\_ mas é competência do Ministério da Educação. Quanto ao grupo desportivo, as entidades que podem de alguma forma vir dizer se o projeto é aprovado ou não. A aprovação dos projetos está no Ministério do Ambiente; a aprovação dos Orçamentos está no Ministério de Agricultura. E como Secretário de Estado só há um, esteve parado quase 2 anos. Aliás, há vários problemas. A Câmara disponibiliza o Gabinete de Apoio ao Investidor para tratar de toda a documentação é só a questão de se ver. Obviamente que quando o Sr. Deputado do PS \_\_ nem eu quero, nem posso garantir que \_\_ E o Sr. Deputado não faça essa expressão, porque essa expressão eu gostava que a tivesse feito antes sr. Deputado, é que me recordo já nas eleições deste mandato \_\_. Se houve alguém que sempre

9

4

disse que a assembleia devia ter um elemento de cada grupo parlamentar eleito ou de cada partido, fui eu e deixamos fazer isso. Não foi aceite daquela forma mas pela primeira vez sr. Deputado vamos juntar dois partidos. Sabe quando conseguiram juntar dois partidos? Nunca. Agora, eu percebo a questão a onde quer chegar e tem essa abertura já lhe disse quando quiser, podemos ver essas situações. Agora, a assembleia está constituída, está concentrada. Quando são assuntos que particularmente interessam para Torre de Moncorvo tem de se unir esforços, seja PS, PDS, CDS. (...)

Quanto aos critérios, não estou muito dentro deles sei que era principalmente experiencia, habilitações.

-----**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a recente atividade municipal e financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----Seguidamente foi cumprido um intervalo de quinze minutos.-----

-----Retomados os trabalhos passou-se de imediato ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

---

---

## **PONTO 2 — RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO.**

---

---

-----Não houve intervenções.-----

-----**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório em epígrafe relativo ao 1.º semestre de 2014, nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

---

---

## **PONTO 3 — FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA 2015.**

---

---

-----**O Presidente da Mesa** antes das inscrições pediu que a apresentação e discussão dos pontos 3, 4, 5 e 6, constantes da ordem de trabalhos fossem efectuadas em conjunto, sem prejuízo de eventuais intervenções para cada matéria específica em causa. Alguém se opõe?--

-----Inscreveu-se para intervir o deputado **António Lopes** (PS).-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

Handwritten marks: a vertical line and a star-like symbol.

-----**Sr. Presidente da Câmara:** A intenção do Executivo é esta. Manter as mesmas taxas que tinham sido pagas desde 2013 e no ponto 4. Esta foi uma iniciativa do Sr. Ministro do Ambiente, vamos ter em torre de Moncorvo, a título ainda só de conversa disse que estava previsto, que os Bancos, a EDP e até Ferrominas e portanto \_\_. A intenção do município é deixar uma margem ampla para as empresas do concelho por isso para empresas com volume de negócios até 150.000,00€, que são cerca de 63, a taxa fixada é de 0%, assim como, para aquelas cujo volume de negócios ultrapassa aquele valor e cujo ramo de negócios seja o das seguintes CAE'S: 0812; 1041; 1071; 1102;30101; 3102 E 3109. Temos a possibilidade de as isentar e a intenção deste executivo é na próxima reunião da assembleia podendo fazer chegar, as empresas que irão se entender e que estão sediadas no nosso concelho e que possam ser isentas dessas taxas e ficaríamos só basicamente com o que vem dos bancos e EDP.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Obrigado Sr. Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lopes.-----

-----**Sr. Deputado António Lopes:** Olhando para os documentos que nos foram distribuídos verifica-se que na alínea b) existe uma taxa de redução para os prédios reabilitados há mais de 5 anos e na alínea a) existe uma redução de 20% para os prédios reabilitados no último ano. A minha questão é: porquê este diferencial? Para mim faz mais sentido que fossem equivalentes. Até porque parece-me que estamos a beneficiar quem reabilitou os prédios há mais tempo. No fundo a minha intervenção vai no sentido de encontrar uma razão para isto. Relativamente ao ponto 4 também me surgiu uma dúvida que gostava que o Sr. Presidente me esclarecesse, até porque ele é importante para o meu sentido de voto. É a seguinte: se este valor percentual for reduzido quem beneficia com isso? Ou seja, esse diferencial vai para os cofres do estado, digamos assim ou vai para o bolso dos contribuintes?-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Quanto ao porquê da majoração \_\_ é que \_\_ necessária são mais do que isso \_\_. Envolve mais \_\_ se nós não fizermos isto vai para os cofres do estado. A ideia \_\_. Peço desculpa \_\_ na assembleia é \_\_ a partir dai \_\_.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Obrigado Sr. Presidente da Câmara. Vamos proceder à votação dos pontos 3, 4, 5 e 6.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção do deputado António Júlio Andrade (PS), **nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal, fixar as seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para vigorar no ano de 2014, cuja liquidação será em 2015:** -----

-----**TAXAS:** -----

1 - Ao abrigo do n.º 5 do art.º 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro (CIMI), na sua redação atual: -----

- **0,4% para os prédios urbanos contemplados na alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, cujos intervalos a Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, fixou de 0,3% a 0,5%;** -----

2 - Nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 6 a 8 e 12 do n.º 1 do art.º 112.º do já citado diploma legal: ----

- a) **Redução de 30% para os prédios recuperados / reabilitados até há 5 anos;** ----
- b) **Redução de 20% para os prédios que tiveram obras de conservação no ano anterior ao da vigência da taxa;** -----
- c) **Majoração de 30% para os prédios degradados.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---

---

#### **PONTO 4 — LANÇAMENTO DE DERRAMA.** -----

---

---

-----Não houve intervenções. -----

-----Submetida a proposta à votação obteve o seguinte resultado: -----

-----**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção do deputado António Júlio Andrade (PS), nos termos das disposições conjugadas das alíneas d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar para o ano de 2015, as seguintes taxas de Derrama:** -----

- a) **O lançamento em 2015 de uma Derrama correspondente a 0% para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse 150.000,00€;** -----
- b) **Isentar a aplicação de Derrama em 2015 aos sujeitos passivos dos ramos de atividade cujo volume de negócios no ano anterior ultrapasse 150.000,00€, correspondentes às CAE (Classificação das Atividades Económicas);** -----
- c) **O lançamento em 2015 de uma Derrama correspondente a 1,5% para os restantes sujeitos passivos, sobre o lucro tributável sujeito e não isento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), relativo ao ano de 2014.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---

---

#### **PONTO 5 — FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA 2015.** -----

---

---

-----Não houve intervenções. -----

-----Submetida a proposta à votação obteve o seguinte resultado: -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção do deputado António Júlio Andrade (PS), nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 2 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, sob proposta da Câmara Municipal, fixar a participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Torre de Moncorvo, relativa aos rendimentos do ano de 2015. --

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---

---

**PONTO 6 — FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA 2015.** -----

---

---

-----Não houve intervenções. -----

-----Submetida a proposta à votação obteve o seguinte resultado: -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com a alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, sob proposta da Câmara Municipal, fixar o percentual de 0,20% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), na área do Município, para vigorar no ano de 2015. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---

---

**PONTO 7 — REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE TORRE DE MONCORVO.** -----

---

---

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** O executivo ia apresentar essa proposta. Na próxima reunião será entregue \_\_. Com isto foi apresentar o regulamento \_\_ que os senhores deputados hoje tivessem conhecimento \_\_.-----

-----Inscreveu-se para intervir o deputado **Luís Ricardo Ferreira** (PS). -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Ricardo Ferreira.-----

-----**Sr. Deputado Luís Ricardo Ferreira:** Genericamente o documento parece-me estar bem construído, só posso dizer genericamente. (...).-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Agradeço Sr. Deputado. O que eu proponha é que na próxima reunião que viesse a discussão na assembleia as pessoas que fazem parte da comissão.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Peço ao Sr. Presidente da Câmara que faça chegar aos Srs. Deputados uma proposta de regulamento já com a possível integração de algumas propostas para se poupar tempo e possa ser aprovado já na próxima reunião de Assembleia.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal apreciou a proposta de Regulamento e deliberou, por unanimidade, que o assunto seja presente à próxima reunião para que possam ser integradas sugestões dos Srs. Deputados e indicação de lista a integrar na sua constituição. -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

---

---

**PONTO 8 — REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.** -----

---

---

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Senhores Deputados, este regulamento tinha que ser revisto, tinha de ser de acordo com a lei. Basicamente é o regulamento que o concelho já tinha, com algumas especificidades. Demos aqui a possibilidade de os estabelecimentos comerciais e prestação de serviços poderem ir sempre à câmara pedir o licenciamento para atividades que não estejam aqui plasmadas neste regulamento.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Alguém se inscreve? Não havendo inscrições, passamos à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar o presente Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços. -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----



**PONTO 9 — CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) PARA 2015.**

- 1 - **Aprovar a minuta do protocolo a ser celebrado entre a AMVDN – Associação de Municípios do Vale do Douro Norte** e os Municípios de Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Murça, Penedono, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, **Torre de Moncorvo**, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real, a EMARVR – Empresa Municipal de Águas e Resíduos de Vila Real, E.M., a Vila Real Social Habitação E.M., a ESPROSER – Escola Profissional, S.A., a Associação de Municípios do Douro Superior, a ASDOURO-A.D.E.F. Profissional, a Junta de Freguesia de Armamar, a Junta de Freguesia de Aldeias, a União de Freguesias de Vila Seca e Sto. Adrião, a União de Freguesias de Ariceira e Goujoim, a Junta de Freguesia de Queimadela, a Junta de Freguesia de Queimada, a Junta de Freguesia de Fontelo, a Junta de Freguesia de S. Cosmado, a Junta de Freguesia de Vacalar, a Junta de Freguesia de Cimbres, a Junta de Freguesia de Folgosa, a Junta de Freguesia de Sta. Cruz, a União de Freguesias da Régua e Godim, a Junta de Freguesia de Fontelas, a Junta de Freguesia de Sedielos, a União de Freguesias de Moura Morta e Vinhós, a União de Freguesias de Galafura e Covelinhas, a Junta de Freguesia de Loureiro, a União de Freguesias de Poiares e Canelas, a Junta de Freguesia da Granja do Tedo, a União de Freguesias de Barcos e Sta. Leocádia, a Junta de Freguesia de Adorigo, a Junta de Freguesia de Tabuaço, a Junta de Freguesia de Arcos, a Junta de Freguesia de Chavães e a Junta de Freguesia de Sendim, **e que visa o estabelecimento de regras para constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes com vista ao lançamento de um único procedimento por concurso público para fornecimento de energia elétrica em Média Tensão, Baixa Tensão Especial e Baixa Tensão Normal, para as diversas instalações das entidades subscritoras pertencentes à CIMDOURO**, nos termos do disposto no artigo 16.º, n.º 1, alínea b), artigos 17.º, 18.º e 20.º, n.º 1, alínea b), todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; -----
- 2 - Designar a **AMVDN – Associação de Municípios do Vale do Douro Norte**, como representante do Agrupamento, delegando-lhe as competências necessárias para promover e praticar todos os atos e procedimentos necessários com vista ao lançamento do concurso, nos termos do previsto nas cláusulas 4.ª e 8.ª do protocolo acima referido; -----
- 3 - **Autorizar a assunção de compromissos plurianuais inerentes ao contrato a celebrar correspondentes aos encargos em 2015, e que se estimam no valor anual de 689.776,42€ (seiscentos e oitenta e nove mil setecentos e setenta e seis euros e quarenta e dois cêntimos)**, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Obrigado Sr. Presidente. Igualmente veio do ano passado, os municípios e agora também algumas associações de municípios e juntas de freguesia creem que esta é a melhor forma de conseguirmos alguma poupança em termos de rendimento é. O cheque é \_\_\_ e é exatamente igual como fizemos o ano passado. Um concurso para prestadores de serviços que queiram vir prestar os serviços às entidades concorrentes, aos municípios concorrentes, às associações de municípios e também às juntas de freguesia. Temos aqui também alguns, pela 1.<sup>a</sup> vez, privadas.

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Alguém se inscreve? Não havendo inscrições, passamos à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea u) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal: -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

---

---

**PONTO 10 — CONCURSO PÚBLICO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, LAVAGEM, MANUTENÇÃO DE CONTENTORES E LIMPEZA URBANA, NO MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO.** -----

---

---

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Conforme veio da reunião anterior, foi questionado por um Deputado do PS, como é que iria ser com os resíduos, provavelmente sim, \_\_\_ concurso público \_\_\_ e é \_\_\_. Uma vez que entendemos que apesar de quem vai comparecer à associação de municípios não é o município de Moncorvo mas quem vai pagar é o município e vamos fazê-lo de forma plurianual e eu entendo que isso carece de consentimento da assembleia municipal e daí virmos não só trazer a conhecimento mas também obter autorização.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Obrigado Sr. Presidente. No meu entender não só todos os contratos da Câmara Municipal, mas também os das participadas devem vir à Assembleia Municipal. Não estou sozinho pois tive a oportunidade de conversar com alguns colegas meus e sei que há quem tenha a mesma interpretação. Relativamente a este concurso não me parece adequado que o critério de adjudicação seja exclusivamente o preço pois tenho receio que possa ganhar o concurso uma empresa que não tenha a qualidade exigida. Acho que a capacidade técnica deveria ser um dos critérios de seleção da empresa. Fico preocupado mas

deixo aos Srs. Deputados a função de decidirem de acordo com o que melhor entenderem. Estão abertas as inscrições.-----

-----Neste ponto inscreveram-se e usaram da palavra os deputados **António Lopes** (PS) e **António Salema** (PS). -----

-----**Sr. Deputado António Lopes:** A mim o que me preocupa neste tipo de concursos é a verificação do cumprimento, ou não, do Caderno de Encargos. Com certeza que haverá falhas, mas como se podem corrigir essas falhas?-----

-----**Sr. Deputado António Salema:** Queria perguntar ao Senhor Presidente se o concurso público de prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos que já teve o seu término, se já há uma decisão sob quem ganhou o concurso. Pergunto-lhe também se a limpeza urbana na sede do concelho foi totalmente adjudicada. Se isso foi, o que é que se vai fazer com os funcionários que ainda trabalham neste sector. Em minha opinião penso que terão de ser classificados para outros serviços.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Duas questões: não é só a condicionante do preço, mas também a condicionante do próprio concurso. Foi enviada uma carta à atual concessionária a dizer que não seria renovado o contrato, ponto 1; ponto 2, mas que se alguém tivesse interesse poderiam iniciar-se as negociações. Entretanto a empresa disse, que iam iniciar as negociações e isso fez com que atrasasse o concurso que era um concurso urgente que há mais de 1 ano que tinha sido discutido, diz que tem de haver ali algo relevante \_\_. -----

-----Inscreveu-se para segunda intervenção o deputado **António Salema** (PS). -----

-----**Sr. Deputado António Salema:** A recolha na sede do concelho terá de ser bem vista dado que é imprescindível uma correta limpeza, nomeadamente no centro histórico da vila, em dias de festividades, feriados, fins de semana, em suma todos os dias.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Esse assunto está esclarecido no município. Mesmo assim vai haver necessidade de \_\_.

Nós \_\_ o município de torre de Moncorvo \_\_ a zona histórica fica ali junto dos bares e na terça-feira é dia de folga da empresa \_\_. Nós vamos ter sempre necessidade de ter pessoal na zona histórica. -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Vamos colocar este ponto à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal: -----

- 1 - Aprovar o caderno de encargos e o programa do procedimento para a prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos, lavagem, manutenção de contentores e limpeza urbana, para os concelhos do Douro Superior. -----
- 2 - Autorizar a assunção de encargos em 2015 e a sua repartição até ao ano de 2019 do montante de 283.448,83€ (duzentos e oitenta e três mil quatrocentos e quarenta e oito euros e oitenta e três cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa em vigor do valor total do contrato de prestação de serviços no montante de 4.300.000,00€ (quatro milhões e trezentos mil euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, que corresponde ao valor a assumir pelo Município de Torre de Moncorvo, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

---

**PONTO 11 — ARRELVAMENTO SINTÉTICO DO CAMPO MUNICIPAL DR. CAMILO SOBRINHO, CONSTRUÇÃO DE BALNEÁRIOS E COBERTURA DE BANCADA.** -----

---

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Este é um dos pontos que o município de Torre de Moncorvo poderá ganhar. Neste momento temos um campo de relvado municipal.-----  
Surgiu agora a possibilidade de candidatar-mos\_\_. Criamos agora este concurso que é a relva artificial. E nós tivemos a possibilidade de fazer este concurso. Se repararam, e nós trouxemos aqui com essa adjudicação, o preço base era de cerca de 400.000,00€ veio para cerca de 300.000,00€.-----

-----Neste ponto inscreveram-se e usaram da palavra os deputados **António Júlio Andrade** (PS); **António Lopes** (PS); **António José Salgado** (Coligação PSD/CDS); e **Luís Ricardo Ferreira** (PS). -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Júlio Andrade.-----

-----**Sr. Deputado António Júlio Andrade:** Senhor Presidente, então os senhores e eu próprio passámos anos a criticar a megalomania do campo de futebol que é de fazer inveja a muitos da segunda divisão nacional e agora vamos fazer bancadas e meter relvado sintético em outro campo de futebol ali ao lado? Agora que o GDM anda a disputar o chamado campeonato das aldeias? Dizem que é para a juventude do concelho! Pois a juventude do conselho passa os

dias no Agrupamento de Escolas e joga futebol num campo de alcatrão. Se querem meter relvado sintético, aí sim, justifica-se. De resto, obviamente que eu votarei contra.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lopes.-----

-----**Sr. Deputado António Lopes:** Confesso que me parece desnecessário o arrelvamento do estádio municipal, assim como me parece desnecessário a construção do estádio com essas dimensões, considerando que as populações são cada vez mais reduzidas.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António José Salgado.-----

-----**Sr. Deputado António José Salgado:** Aquele campo não é municipal, é dos sócios do Grupo Desportivo de Moncorvo. Uma coisa é ser municipal, outra coisa é ser dos sócios \_\_.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Ricardo Ferreira.-----

-----**Sr. Deputado Luís Ricardo Ferreira:** ....

-----Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados **António Lopes** (PS); e **António Salema** (PS). -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Lopes.-----

-----**Sr. Deputado António Lopes:** Relativamente à questão que o Dr. Salgado levantou eu também partilho dessa ideia, mas pergunto se não há forma de rentabilizar aquilo que já existe sem estar a construir mais um estádio para os futebóis.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Obrigado Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Salema.-----

-----Sr. Deputado António Salema:---

-----Sr. Presidente de Mesa: Mais alguma intervenção? Não havendo mais inscrições tem a palavra o Sr. Presidente.-----

-----Sr. Presidente da Câmara: Começando pelo financiamento, nós, a partir de momento em que começamos a \_\_ para concurso, encontramos uma cláusula que é: se tem \_\_ de fornecimento \_\_ passou-se isso, que é para não termos a possibilidade de explicar depois se temos um problema \_\_ portanto neste momento só se adjudica a partir do momento em que o fornecimento seja feito. Essa é a 1.ª regra. Tivemos o Secretário de Estado do Desporto \_\_, o Instituto do Desporto \_\_, direção regional \_\_ falta só a parte da CCDRn \_\_. O que é que nos tem convencido \_\_ é que vou dar-vos um exemplo e isto também \_\_ Moncorvo para todos \_\_. Porque efetivamente o campo, o estádio é \_\_ cujo \_\_, tinha uma cláusula que dizia que podíamos discutir o dia \_\_. Portanto, essa é a nossa iniciativa e temos 40.000,00 €, é perfeitamente suportável para termos mais \_\_, \_\_ e só para terem uma ideia, eu próprio, a câmara municipal dava 30.000,00€ ao Grupo Desportivo para reabilitação do estádio. \_\_ instrumento que seja municipal e que esteja ao dispor municipal. \_\_ para explicar. Agora nós temos de já estar orçamentado. \_\_ que é \_\_ desportivo de São Paulo. Ter uma autorização da assembleia municipal. Tudo isto é um procedimento \_\_. Entretanto, quando \_\_ que já está orçamentado que é para o arrelvamento sintético do complexo desportivo de São Paulo, a Assembleia Municipal é a única que pode autorizar.-----

-----Sr. Presidente de Mesa: Vamos colocar este ponto à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor, uma abstenção do deputado António Lopes (PS), e um voto contra do deputado António Júlio Andrade (PS), autorizar a alteração da designação da rubrica orçamental para apenas e só “COMPLEXO DESPORTIVO” nos documentos previsionais de 2014, constituídos por Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipais.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

---

---

## **PONTO 12 — MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO.**

---

---

-----Não houve intervenções.-----

-----Sr. Presidente de Mesa: Temos finalmente uma comunicação do Município de Mesão Frio em que a Assembleia Municipal de Mesão Frio propõe a realização de uma Assembleia Extraordinária para discussão do futuro da Casa do Douro. Não me parece que mereça discussão, pelo que tomamos conhecimento da proposta.-----

-----**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Passamos para o período de intervenção do público. Dirijo-me agora às pessoas que estão ali ao fundo. As pessoas têm o direito de intervir, desde que o manifestem, se identifiquem e digam do que querem falar. Alguém quer intervir?-----

-----Neste período intervieram os munícipes **Maria de Lurdes Tavares Santos, Sofia Machado, Amílcar Queijo e António Manuel Moutinho**, todos residentes na freguesia de Lousa.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Tem a palavra a munícipe Maria de Lurdes Tavares Santos.-----

-----**Munícipe Maria de Lurdes Tavares Santos:** Sr. Presidente eu gostaria que não se esquecessem de mim, pois a minha casa situada na rua da borralheira não tem saneamento básico e a rua não está calçetada.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** O Sr. Presidente da Câmara vai responder.-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Boa tarde D. Lurdes. Muito obrigada por estar até esta hora para falar connosco; eu sei onde é a sua casa, já foi composto o caminho já no início da barragem. O município está atenta a isso, juntamente com a junta de freguesia, estamos a unir esforços para a situação ficar resolvida, o início de trabalhos nós concluímos dentro em breve, dentro em breve ou pelo menos o mais breve possível, essa situação não está esquecida, tanto que agora já consegue chegar de forma melhor.-----

-----**Sr. Presidente da Junta António Manuel Martins:** Obrigado pela sua intervenção D. Maria de Lurdes. Como sabe já fizemos uma intervenção na sua rua com calçetamento de parte dela. A restante foi limpa e retiradas as pequenas pedras que ali estavam. Quanto ao saneamento, é uma situação que nos preocupa e já apresentamos o assunto ao Sr. Presidente da Câmara e também já contactamos o Sr. Amílcar, aqui presente, proprietário de uma parcela de terreno nas proximidades da sua casa para ver se nos deixa passar por lá o ramal a ser implantado.-----

-----**Sr. Presidente de Mesa:** Tem a palavra a munícipe Sofia Machado.-----

-----**Munícipe Sofia Machado:** Eu só queria perguntar como está a situação \_\_ recursos hídricos, e que dizia que até janeiro de 2014 todos os proprietários dos terrenos \_\_ e queria saber como está a situação-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Já tinha informado desta situação, eu tive de reforçar \_\_, e informei esta situação, mas poderá dizer-nos aqui o que vamos fazer. A Lei esteve para entrar em vigor em Janeiro 2014, Junho 2014 e Julho de 2014. O que aconteceu agora foi que a titularidade prova-se a partir do 1.º ato de dação. É aí que tem de provar mas isto é o mínimo, não diz nada. -----

-----**Munícipe Amílcar Queijo** :(...)-----

-----**Sr. Presidente da Câmara:** Sr. \_\_, aprecio \_\_ já se ligou \_\_ quanto mais que foi a 1.ª \_\_, a 2.ª a ser \_\_ e depois \_\_ a junta de freguesia juntamente com a câmara municipal estão a chegar a um entendimento com o proprietário mas temos que fazer isso de forma \_\_ e será solucionado \_\_ aquilo que nós podemos solucionar \_\_ agora, temos de olhar para ele com uma atenção redobrada, esperando que ele chegue a entendimento \_\_ gostaria que o Sr. Ivo já tivesse \_\_.

-----**Munícipe António Manuel Moutinho:** Sr. Presidente, eu gostaria de saber qual a situação de um terreno público situado no Saião que um habitante desta freguesia se quer apoderar dele.-----

-----**Sr. Presidente da Junta António Manuel Martins:** Obrigado Sr. António Moutinho pela sua intervenção. Como ontem lhe disse o problema para nós está resolvido, pois como sabe estivemos no local há tempos consigo e com o Sr. António Madeira mais as três testemunhas que clarificaram a situação dizendo que o espaço é público. Ontem também lhe referi que o Sr. António Madeira me disse que enquanto o litígio que ambos têm em tribunal não estiver resolvido, não retirará as pedras do local.-----

\*\*\*\*\*

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às **12h30m** deu por encerrada a sessão. -----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa desta Assembleia Municipal e por mim, Favorino José Bastos de Carvalho, Assistente Técnico do Município, que a elaborei. -----

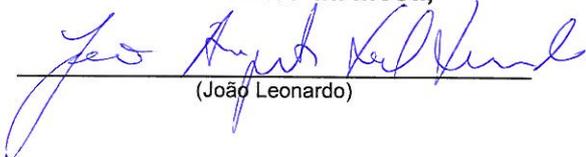
O Presidente da Mesa,

  
\_\_\_\_\_  
(José Mário Leite)

1.ª Secretária da Mesa,

\_\_\_\_\_  
(Cristina Trindade)

2.º Secretário da Mesa,

  
\_\_\_\_\_  
(João Leonardo)